

- Qual a importância das mulheres alcançarem o alto escalão na política?

JEDA: Uma sociedade democrática e justa precisa dar as mesmas chances para os seus cidadãos, independente do sexo de nascimento. As mulheres são maioria da população e do eleitorado, possuem níveis educacionais superiores aos dos homens e trabalham mais tempo quando se soma o trabalho extra-doméstico (remunerado) e o trabalho doméstico (não-remunerado). Chegar ao alto escalão do setor público e da iniciativa privada é apenas o reconhecimento da capacidade e da importância social das mulheres. É também uma forma de reparar a exclusão histórica que estabeleceu os espaços do poder como um monopólio dos homens.

Na 11ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, realizada em Brasília, de 13 a 16 de julho de 2010, foi aprovado o “Consenso de Brasília” que recomendou aos países da região:

“Promover a criação de mecanismos e apoiar os que já existem para assegurar a participação político-partidária das mulheres que, além da paridade nos registros das candidaturas, assegurem a paridade nos resultados, garantam o acesso igualitário ao financiamento de campanhas e à propaganda eleitoral, assim como sua inserção nos espaços de decisão nas estruturas dos partidos políticos. Da mesma forma, criar mecanismos para sancionar o descumprimento das leis neste sentido” (Cepal, 2010, p. 8)

- A força feminina está nas estatísticas (maior escolaridade, mais longevidade, maior população economicamente ativa, trabalham mais horas por dia ao somar o trabalho remunerado com o doméstico). Por que essas vantagens não se revertem na atuação política?

JEDA: As mulheres brasileiras possuem grande atuação nas atividades políticas comunitárias, educacionais, assistenciais, culturais, etc. Porém, a dupla jornada de trabalho restringe o alcance da atuação feminina. Por outro lado, na política formal, os partidos políticos são historicamente controlados pelos homens, possuem práticas sexistas e não dão espaço para as mulheres. Basta ver que são pouquíssimas as mulheres que fazem parte dos diretórios nacionais dos partidos. É mais fácil encontrar chifre em cabeça de cavalo do que uma mulher na presidência de partido no Brasil.

- Por que os partidos não cumprem a lei que os obriga a preencher um mínimo de 30% das vagas com mulheres? E o que falta para essa lei ser levada a sério?

JEDA: Em geral, os partidos são misógenos e controlados pelos homens. Para eleger 30% de mulheres seria preciso investir no potencial das candidatas femininas. Seria preciso indicar mulheres para as secretarias municipais e estaduais, para as empresas estatais e demais cargos de poder e prestígio. Mas

¹ Professor titular da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE. Tel: (21) 2142 4689. E-mail: jed_alves@yahoo.com.br Entrevista ao jornal Estado de São Paulo e matéria publicada em 13/03/2010. Publicado em APARTE (<http://www.ie.ufrj.br/aparte/>) – 24/03/2011

como os homens monopolizam estes cargos, eles acumulam mais capital político para as eleições. Para que a lei surtisse efeito seria preciso que o TSE não aceitasse a lista eleitoral incompleta.

- Quais os impactos simbólicos e reais da eleição de uma mulher para a Presidência da República?

JEDA: A eleição de Dilma Rousseff como a primeira Presidenta da República foi uma grande conquista da democracia brasileira. Entre quase 200 países no mundo, somente 16 possuem mulheres no topo do poder executivo, atualmente. Os Estados Unidos e a França nunca tiveram mulherer na Presidência. Neste aspecto o Brasil está na liderança mundial. Mas na representação na Câmara dos Deputados, o Brasil (com apenas 8,8% de mulheres) está na 140ª posição. Nunca houve uma mulher na mesa diretora da Câmara, até a Legislatura passada. Na representação parlamentar feminina, a posição do Brasil no ranking mundial é vegonhosa.

- Apesar de não ser obrigatório, a presidente Dilma tentou nomear 11 ministras para alcançar a cota dos 30%. Na sua opinião, por que ela só conseguiu nomear 9 ministras?

JEDA: Vários países do mundo adotaram os “gabinetes paritários”, isto é, ministérios com igualdade de gênero: metade homem e metade mulher. A presidenta Dilma tentou preencher seu ministério com 30% de mulheres, o que é pouco. O certo seria 50%. Mas os partidos não colaboraram e, com exceção do PT, só indicaram homens. Mesmo assim, o Brasil de Dilma possui o ministério mais feminino de sua história. É um passo rumo à paridade. Seria importante que os governadores e prefeitos também adotassem secretarias estaduais e municipais paritárias.

- Foram as mulheres que elegeram a Dilma? Elas foram a maioria dos votos?

JEDA: Dilma Rousseff foi eleita com 56% dos votos válidos no segundo turno. Ela ganhou entre o eleitorado masculino e feminino. Mas, todas as pesquisas mostraram que, proporcionalmente, ela teve mais votos dos homens. Acho que a campanha de marketing de Dilma falhou, em vários aspectos, na mensagem dirigida às mulheres.

- Fala-se que a presidente, mais do que nunca, precisa provar competência evitar que venha à tona comentários preconceituosos, do tipo “tinha que ser mulher”. Essa é aliás uma regra até entre profissionais liberais que alcançam altos postos. A pressão sobre a presidente será maior por conta da cultura machista que impera no Brasil?

JEDA: O eleitorado brasileiro deu uma grande demonstração de apoio às mulheres na política ao dar 67% dos votos, no primeiro turno, às duas candidatas do sexo feminino que estavam concorrendo contra sete candidatos do sexo masculino. Marina Silva e Dilma Rousseff podem se orgulhar de terem conseguido dois terços dos votos do eleitorado brasileiro. Isto prova que não discriminação contra as mulheres candidatas. As piadas e comentários machistas, infelizmente, sempre vão existir, mas fazem parte de preconceitos que não são mais aceitos pela sociedade brasileira. As piadas sexistas não atrapalharam o bom desempenho de Marina e Dilma nas eleições de 2010.

- No último relatório da Igualdade de Gênero do Fórum Econômico Mundial, o Brasil caiu para a 85ª posição no ranking entre 135 países – um dos piores índices. As nomeações das ministras pela presidente Dilma Rousseff seria o início da melhora dessa posição?

JEDA: O pior desempenho do Brasil no Índice global do hiato de gênero aconteceu devido à exclusão das mulheres da política no Brasil. Mas a posição do país vai melhorar neste quesito, com a eleição de Dilma e com nove mulheres no ministério. Porém vai continuar ruim quanto à baixa presença de mulheres na Câmara de Deputados. Mas o índice do Fórum Econômico Mundial, a despeito da sua importância, tem um erro grave em relação ao Brasil, pois considera que a maior presença de meninas no ensino fundamental significa desigualdade de gênero em relação às meninas. Mas o que acontece é que as meninas possuem melhor desempenho escolar e passam com mais rapidez para o ensino secundário. Outro problema do índice é que ele não considera as desigualdades reversas de gênero, ou seja, se a mulher está melhor do que o homem na esperança de vida, por exemplo, ele atribui como uma situação de paridade. Por conta disto, a França ficou em pior situação do que Uganda, Namíbia, etc.

- Professor, o senhor teria um levantamento do total de mulheres que compõe o quadro político nacional?

JEDA: o quadro é o seguinte:

Senado: 12 mulheres em 81 senadores – mulheres com 15% no senado

Assembléias legislativas: 136 deputadas em 1.036 vagas – mulheres com 13,1% das vagas nas Assembléias estaduais (incluindo DF)

Câmara dos deputados: 45 deputadas em 513 vagas – mulheres com 8,8% da Câmara

Governos estaduais: 2 governadoras em 27 estados – mulheres com 7,4% dos governos estaduais

Vereadores: em 2008, foram eleitas 6.508 mulheres (12,52% do total de eleitos/as) e 45.457 homens (87,48%), totalizando 51.965 eleitos/as.

Prefeitas: em 2008: foram eleitas 504 mulheres (9,07% do total de eleitos/as) e 5.051 homens (90,93%), totalizando 5.555 eleitos/as.